

Matriz de Gerenciamento de Riscos

(Processo Administrativo nº ____/2026)

1. Informações Básicas:

1.1. Número da Matriz de Alocação de Riscos: ____/2026

1.2. Responsáveis: Daiany Santos Silva - Membro convidado da Equipe de planejamento e Liberato Cardoso dos Santos Neto – Membro da equipe de Planejamento.

1.3. Data:

1.4. Objeto da Matriz de Riscos: Registro de Preços, objetivando a contratação de empresa para construção de sistemas de poços tubulares profundo para captação de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público do município de Itabaiana/SE, na conformidade do termo de referência.

Riscos Identificados

IDENTIFICAÇÃO		ANÁLISE		AVALIAÇÃO		PLANEJAMENTO		RESPONSÁVEL	
RISCOS	Fase	Evento de Risco	Causas	Consequências	Probabilidade de	Impacto	Nível de Risco	Resposta	Responsável
R-01	Planejamento da Contratação. Setor de Compras.	Preços de referência apresentados que não refletem a	Deficiência na elaboração do orçamento estimado	Definição de preços de referência que não refletem os praticados		4	4	O setor de compras e/ou qualquer outro, eventualmente incumbido de	Contratante



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

		realidade de mercado.	mercado, com consequente impossibilidade ou dificuldade de avaliar adequadamente a exequibilidade das propostas apresentadas pelos licitantes.				empresária na fase de planejamento, deverá apresentar para as prescrições técnicas contidas na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 69, de 07 de julho de 2021, bem como as prescrições técnicas exigidas pelos órgãos de controle, com o fito de conhecer preço de referência que reflita a realidade de mercado.	
R-02	Planejamento da contratação	Não assistir interessados no pregão	Não formalização de instrumento	1	4	4	Contratar emergencialmente, abertura de PNAAP	Contratante
R-03	Planejamento da contratação	As empresas não conseguem atender aos	Falha na estipulação dos comandos do edital	1	4	4	Contratar emergencialmente, abertura de PNAAP	Contratante



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

	comandos edifícios								
R-04	Planejamen to da Contratação	Especificação e quantidade insuficiente dos produtos	Falta de verificação ou verificação incorreta da necessidade dos locais e dos itens em para a perfuração e construção de sistemas de abastecimento via poços tubulares profundo	Possibilidade de prestação de serviço ineficiente que não forneça água suficiente a comunidade	1	4	4	Descrever o (s) item (ns) e quantidades do certame licitatório de forma a atender as especificações necessárias para o pleno atendimento das necessidades.	
								Mesmo adotando a ação de mitigação de risco e este acabe por se materializar a administração deverá conceber os atos necessários para elidir a situação, seja através do competente aditivo de preços, na forma do Art. 124 e seguintes, ou empregar	Contratante

[illegible]



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

							medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.	
			(1) Consequentes questionamentos, paralisação do certame e atraso do atendimento da necessidade da administração;				O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir em eventual incidência de erro essencial que não pode ser convalidado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem como, procedendo a competente	
			(2) Falha na análise das propostas apresentadas, levando a ausência de identificação de encargos, tributários, superdimensionados nas planilhas de preços, com consequente contratação por valores mais elevados;					
			(3) Licitante vencedor apresentar proposta com preços de alguns itens abaixo do					
			Entendimento de que a busca por resultado mais vantajoso para a Administração prevalece sobre o princípio básico de vinculação ao edital, levando a aceitação de proposta que esteja em desconformidade com o edital e a quebra da isonomia entre os participantes.					
			Seleção de prestador de serviços sem condições de cumprir o contrato					
			R-06 Licitatória					Contratante



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-07	Licitória	Ocorrência de agudização do princípio da vinculação ao instrumento editalício e, por excesso de formalismo, desclassificar proposta vantajosa para administração.	Falta de capacidade técnica (dota) pregoeiro(a) ou dos membros da comissão de contratação, levando a desclassificação precipitada de proposta por erro sanável	Consequentes questionamentos, paralisação do certame e atraso do atendimento da necessidade da Administração	2	3	6	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deveria se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, em eventual incidência, de erro essencial, que não pode ser convalidado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como, modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a competente motivação dos atos, na forma do Acórdão Nº 977/2024 - Plenário - TCU, como meio de	Contratante
------	-----------	---	--	--	---	---	---	--	-------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

[illegible]

[illegible]



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

atendimento da necessidade da Administração			interesse público bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão Nº 977/2024 Pleno TCU como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protejam a conclusão do processo.	
			Mesmo adotando-se a medida de mitigação de riscos, acaso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se elidir a situação, como instauração de	



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

							diverso e/ou a assunção do instrumento contratual por outro prestador na forma do Ar. 90 da Lei Federal Nº 14.133/2021.	
							O Setor Técnico, pertinente, quando da análise das propostas, deverá analisar cuidadosamente as especificações apresentadas pelos licitantes, para que, caso sejam passíveis de aproveitamento, de modo a não haver desclassificação de proposta, vantajosa economicamente e que atenda ao interesse público, bem como procedendo a	Contratante/ Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.
R-10	Licitatória	Apresentação de proposta com especificação ligante à Referência de Termo de Referência.	O licitante não possui item que seja exatamente aderente às especificações constantes no Termo de Referência, contudo, possui item que, ainda que inferior, atende ao interesse público. Ainda pode ser apresentado especificação superior a constantes no Termo de Referência.	A administração por excesso de formalismo, deixa de celebrar contrato vantajoso financeiramente para o interesse público, que atende, ou até mesmo excede, o interesse público.				

[illegible]



							contratual, por outro prestador na forma do Art. 90 da Lei Federal Nº 14.133/2021.		
	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de negociação das propostas, de modo a) em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir se, quando da negociação, poderá utilizar de estratégias mais sofisticadas, com o uso de conceitos preço-mais vantajoso, como modo de resguardar o interesse público bem como procedido a								Contratante Contratados a depender da ação empregada no caso concreto,
R-11 Licitação	Realização de negociação para com o licitante, de modo, facinho não conseguindo condições mais benéficas para a administração.	Ausência de parâmetros para conduzir negociação com os licitantes remanescentes e avaliar os descontos obtidos, além de pouca expertise do agente ou dos membros da comissão de contratação em técnicas de negociação	Insegurança na condução da negociação e a adoção de critérios subjetivos, com consequências: a) dificuldade de obter condições mais vantajosas para a Administração; b) desclassificações precipitadas de propostas que estejam acima do orçamento estimado; c) precipitação em aceitar propostas ou em reputá-las como frustrada a negociação; d). tentativa de negociar a qualquer custo porém com						



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

				comprometimento da exequibilidade da proposta, ou com a diminuição de qualidade do objeto ofertado, e e)				competência motivação dos atos, na forma do Acórdão nº 977/2024 Plenário - TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protejam a conclusão do processo.	
				questionamentos sobre quebra de isonomia e atraso na contratação.				Mesmo em se adotando as medidas mitigatórias de risco, o evento se materialize, a administração deverá adotar as medidas para a depender do caso concreto, empreende-se o reequilíbrio, com o fim de baixar o preço pactuado e/ou outra medida diversa para equalizar o preço tanto	



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								quanto menor poderá vir a ser. Em caráter residual, caso nenhuma outra medida surta, o efeito deverá ser instaurado o processo administrativo para apurar responsabilidade, bem como enviar esforços na análise da pertinência em se contratar os serviços por meio diverso e/ou a assunção do instrumento contratual por outro prestador de serviços	
R-12	Licitatória	Recusa na assinatura do instrumento	Provável gestão da eventual contratada	Não formalização de instrumento	2	4	8	Em primeiro momento, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições	Contratante Contratado, a depender da ação empregada no caso, concreto.

[illegible]



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								mediante reequilíbrio econômico-financeiro, seja por empreendimento de ativo qualitativo, e, em não sendo viável, analisar a pertinência de rescisão e, acaso possível, convocação dos demais licitantes para contratação de remanescente ou, em sendo pertinente, contratação emergencial, com consequente aporte do licitante, eventualmente desidioso.	
R-15	Gestão do Contrato	Seleção indevida do eventual fornecedor.	Falha no setor de aquisição, licitações e contratos, em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Interrupção no fornecimento dos serviços da água necessário.	1	4	4	Contratar emergencialmente, abertura de PA/AP constatadas, em processo administrativo	Contratado



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

							aberto para este fim.	
							Exatidão na apresentação de documentos originais ou com cópias autenticadas. No ato de recebimento, conferir com os originais. Consultar em sites de órgãos oficiais. Mesmo empreendendo-se a ação diligente, acaso o evento se materialize, adotar medida administrativa para sanar o contrato. Em caráter residual, avaliar a pertinência de contratação dos serviços por meio diverso ou não.	Contratante e/ou Contratado desistoso
R-16	Gestão do Contrato	Apresentação de documentação falsa ou vencida, no ato da contratação.	Mãe ou inobservância da Contratada, não verificação por parte da Administração	Contratação de empresa indevidamente	1	2		



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-17	Gestão do Contrato	Prestação de serviço de forma ineficaz ou em níveis de produtividade insuficiente (Fiscalização ineficiente do serviço pelo fiscal de contrato. Falta de um método de medição da qualidade do serviço prestado pela contratada por parte do fiscal de contrato.	1. Haverá prejuízos nos serviços de d'água frente à ausência da eficiência da solução de mercado. 2. Os serviços não atenderão todas as necessidades das localidades desabastecidas pelo sistema de distribuição de água.	3	3	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer um índice de medição do serviço eficiente, conforme as especificações do instrumento convocatório. Mesmo adotando a medida mitigatória, acaso o cenário venha a se materializar, empreender as medidas necessárias para compelir o contratado a sanear a prestação dos serviços. Em caráter residual, acaso as medidas administrativas não surjam efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do	Contratante e/ou Contratado desistioso
------	--------------------	---	--	--	---	---	--	--

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-18	Gestão do Contrato	Construção de sistema de poços tubulares profundos para abastecimento público municipal em função da perfuração do poço (a) inviabilidade técnica em determinadas áreas para perfuração; (b) atrasos na execução do serviço; (c) descumprimento de especificações técnicas.	A perfuração do poço artesiano que precede a contratação encontra-se em atraso ou suspenso.	1. Haverá prejuízos nos serviços de fornecimento de água frente a ausência absoluta da água a ser disponibilizada. 2. Os serviços não atenderão todas as necessidades das localidades desabastecidas pelo sistema público de distribuição de água o ato antieconômico com os dispêndios de equipamentos que poderão ser perdidos.				Art. 90 da Lei Nº 14.133/2021, para que outra venha a sanear a prestação do serviço, ou ainda, observar a viabilidade em se contratar por meio diverso.	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer canal de estabelecimento com o contratado para que, antes da efetiva perfuração de poço tubular profundo, proceda a análise precisa, acerca da localização da execução do serviço, acessibilidade e equipamentos a serem utilizados. Em caráter residual, acaso as medidas	Contratante e/ou Contratado desidioso
------	--------------------	---	---	--	--	--	--	---	---	---------------------------------------

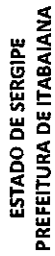


ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-19	Gestão do Contrato	Instalação dos equipamentos em função da vazão: a) Instalação eficiente do revestimento durante a perfuração; b) Verificação da vazão sustentável do poço; c) Considerar a profundidade do poço; d) Verificação eficiente da nível estático (NE) e nível dinâmico (ND) do poço;	O poço artesiano, pode apresentar vazão variada a depender da instalação do revestimento durante a perfuração caso seja necessário, do revestimento mesmo em se precatando com os estudos iniciais, o poço também poderá secar ou fornecer vazão insuficiente caso seja instalada bomba em profundidade e características incompatíveis com a vazão sustentável do poço, com o decurso do tempo, pode haver dimensionamento inadequado do material a ser utilizado.	1. Haverá prejuízos nos serviços de água frente a ausência absoluta da água a ser disponibilizada. 2. Com a instalação de sistema inadequado a água não será suficiente, seja por instalação inadequada, seja pela inadequação do modelo da bomba. 3. Os serviços não atenderão todas as necessidades das localidades desabastecidas pelo sistema de distribuição de água, o que acarretará em prejuízos com os dispêndios de equipamentos que serão perdidos.	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer canal de estabelecimento com o contratado para que, antes da efetiva instalação dos equipamentos, proceda a análise precisa acerca da salubridade da água do poço e, acaso em sendo inviável que se proceda a identificação de outro poço mais viável que atenda a localidade. Em caráter residual, caso as medidas administrativas não surtiram efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do Art. 90 da Lei Nº 14.133/2021, para que outra	Contratante e/ou Contratado desidioso
------	--------------------	---	---	--	---	---------------------------------------



<p>Gestão do Contrato</p>	<p>Após a instalação do equipamento ocorrer o fenômeno de contaminação cruzada d'água.</p>	<p>O poço artesiano, quando da sua construção inicial, pode não ter sido revestido adequadamente e, mesmo que o tenha sido, eventuais supervenientes podem comprometer tal impermeabilização de modo que haja uma contaminação que atinja o poço.</p>	<p>1. Haverá prejuízos nos serviços de potabilização d'água.</p> <p>2. Com a instalação de revestimento a formação geológica do poço tubular profundo.</p>	<p>13</p>	<p>3</p>	<p>venha a sanear a prestação do serviço, ou ainda, observar a viabilidade em se contratar por meio diverso. Acaso o evento venha a se materializar e a culpa pelo resultado danoso seja oriundo dos apontamentos da técnica da contratação, a reposição do equipamento deverá ser às expensas eventual do contratado.</p>	<p>Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer canal de estabelecimento com o contratado para que, antes da efetiva instalação dos equipamentos,</p>	<p>Contratante e/ou Contratado desidioso</p>
---------------------------	--	---	--	-----------	----------	--	---	--



seja pela má averguação do prévia do revestimento ou ausência de revestimento.	proceda a análise precisa, acerca do revestimento do poço, para evitar a contaminação cruzada e, acaso em sendo inviável que se proceda a identificação de outro poço mais viável que atenda a localidade.	Em caráter residual, acaso as medidas administrativas não surtam efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do Art. 90, da Lei N. 14.133/2021,	para que outra venha a sanear a prestação do serviço, ou ainda, observar a viabilidade em se contratar por meio diverso.	Acaso o evento venha a se
---	---	--	---	------------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p> R-21 Contrato </p>	<p> Após a instalação do equipamento pode ocorrer a falha de algum componente, tais como a falha na execução da casa de força (painel elétrico), falha na ligação elétrica com a rede existente, rompimento de condutos ou falhas no sistema de aterramento. </p>	<p> Quando da utilização do sistema de poços tubulares profundo pode ocorrer falha de algum componente, podendo ocorrer na bomba submersa, na caixa de força e quaisquer outros componentes, seja durante a instalação, seja durante a utilização do equipamento por: </p> <p> a) Erros na instalação elétrica ou uso de materiais de baixa qualidade, na Erro na especificação o técnica da </p>	<p> 1. Haverá prejuízos no fornecimento de água, frente a ausência absoluta da água a ser disponibilizada. </p> <p> 2. Tanto na instalação dos equipamentos quanto na utilização dos mesmos, pode ocorrer a falha de algum equipamento de modo que a água não seja bombeada. </p> <p> 3. Os serviços não atenderão todas as </p>	<p> 3 </p>	<p> 3 </p>	<p> materializar e a culpa pelo resultado, danoso seja oriundo dos apontamentos técnicos da contratação, a reposição do equipamento deverá ser das expensas do eventual contratado. </p> <p> Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer canal de estabelecimento como contratado para que, durante a instalação dos equipamentos, seja verificado que os itens a serem empregados estão incólumes, bem como seja averiguado as etapas de instalação dos equipamentos. </p> <p> Contrante e/ou Contratado desidioso </p>
---	---	---	--	----------------------------------	----------------------------------	---



d) Incompatibilidade da bomba com o póço perfurado;	bomba ou ausência de estudo hidrogeológico;	necessidades das localidades desabastecidas pelo sistema público de distribuição de água;	como fim de que estes não sejam danificados durante a instalação.
e) Deficiência na alvenaria da base da caixa d'água;	Ausência de compatibilização entre o painel e o sistema de fornecimento;	água, o ato antieconômico com os dispêndios de equipamentos que serão perdidos.	Em caráter residual, caso as medidas administrativas não surjam efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do Art. 90 da Lei Nº 14.133/2021,
f) Falta de nivelamento da base da caixa d'água;	Ausência de compatibilização entre o painel e o sistema de fornecimento;		para que outra venha a sanear a prestação do serviço, ou ainda observar a viabilidade em se contratar por meio diverso.
g) Problemas de vedação e estanqueidade nos reservatórios;	Execução inadequada da infraestrutura elétrica;		Acaso o evento venha a se materializar, a culpa pelo resultado danoso seja oriundo de imperícia técnica e/ou má-fé da contratada, a reposição do equipamento
h) Inadequada fixação ou posicionamento da caixa d'água;	Deficiência na execução da alvenaria ou uso de materiais inadequados;		
	Erro do projeto ou falha na fundação;		



<p>R-23</p> <p>Gestão do Contrato</p>	<p>Quando da perfuração dos poços tubulares profundo e bombeamento, podem ocorrer atrasos na concessão das licenças outorga hídrica</p>	<p>h) Erro durante a montagem ou falta de conferência de projeto. Mão de obra não qualificada ou falta de conferência de projeto.</p>	<p>Quando da impetração dos atos, referente a licença de perfuração ou outorga hídrica dos poços tubulares profundo, pode ocorrer, seja por imperícia técnica do estudo hidrogeológicos, ou até mesmo por descoberta de condições ambientais ou regulatórias imprevistas, podem inviabilizar o projeto técnico concebido para o licenciamento do poço.</p>	<p>1. Haverá atrasos e prejuízos nos serviços prestados, frente a ausência absoluta da água a ser disponibilizada. 2. Sem a devida licença, o sistema de abastecimento não poderá ser operado, sob pena de incidência de multa ou até fechamento do poço-tubular pelo órgão competente. 3. Os serviços não atenderão todas as necessidades das</p>	<p>deverá ser as despesas do eventual contrato, ficando o mesmo responsável, pelos vícios num prazo de até 05 (cinco) anos, na forma do Art. 618 do código civil.</p>	<p>Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer canal de estabelecimento com o contratado para que antes da efetiva instalação dos equipamentos, proceda a análise precisa dos requisitos técnicos para a liberação ambiental, para que eles já sejam instalados em aderência aos</p>	<p>Contratante e/ou Contratado desistindo</p>
---------------------------------------	---	---	--	--	---	---	---



técnicas a serem observadas para o licenciamento ambiental, a reposição do equipamento para a adequação aos normativos pertinentes, devesse ser as expensas do eventual contratado.	Mesmo com as medidas descritas, acaso ocorra de algum poço tubular profundo não seguir aquelas prescrições ortodoxas, o responsável (secretário municipal) deverá adotar as medidas pertinentes à regularização de licenças afins.
---	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-24 Gestão do Contrato	Quando a utilização regular do poço, pode ocorrer a redução da vazão do poço.	Com o passar de tempo, por uma série de fatores, seja endógeno, como a superexploração, seja exógeno, como qualquer evento superveniente, como alterações climáticas supervenientes, superexploração de poços tubulares profundo próximos as quais alterem os níveis dos poços artesanais do município, esses podem vir a ser completamente exauridos.	1. Haverá prejuízos nos serviços de potabilização d'água frente a ausência absoluta da água a ser disponibilizada. 2. Sem a devida vazão, tanto não, será captado água, suficiente para a distribuição, quanto pode gerar alguma falha catastrófica no equipamento. 3. Os serviços não atenderão todas as necessidades das localidades desabastecidas pelo sistema público de distribuição de água, o ato antieconômico com os dispêndios de equipamentos que serão perdidos, já que não atenderão aos normativos técnicos e assim,	3	5	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer canal de estabelecimento com o contratado para que, antes da efetiva instalação dos equipamentos, proceda a análise precisa dos mananciais subterrâneos para que com um grau razoável de segurança, sejam instalados em locais menos suscetíveis ao seu esgotamento, bem como seja fornecido as orientações precisas, para evitar a superexploração. Em caráter residual, acaso as medidas administrativas não surjam efeito, estudar a	Contratante e/ou Contratado desidioso
-----------------------------------	---	--	---	---	---	--	---------------------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

[illegible]



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

									equipamento a reposição do equipamento, para a adequação as adequações técnicas e/ou de localidade pertinentes, deverá ser às do eventual contratado.	
R-25	Gestão do Contrato	Atraso no cumprimento do prazo de início da prestação dos serviços de perfuração de poço tubular e profundo e construção de sistema de abastecimento público.	Displicência da Contratada e falha na fiscalização.	Risco de não prestação do serviço objeto	5	4			Notificação da Contratada, determinação de prestação de serviço e abertura de Procedimento Administrativo de Aplicação de Penalidade. Mesmo adotando-se as medidas mitigatórias de risco, acaso o evento venha a se materializar, empreender os atos administrativos necessários, para elidir a situação, como a aplicação	Contratante e/ou Contratado desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-26	Gestão do Contrato	Quando da Execução do objeto contratual, houver agio no preço dos insumos bases	Devido a fatores externos, os itens para construção de poços tubulares profundo, poderão tornar-se demasiados altos de modo a serem totalmente dicotômicos ao que lastreou a formulação da proposta	Risco de rescisão contratual devido pelo contratado, já que este não poderá ser obrigado a comportar	2	4	8	<p>do disposto no Art. 90, da Lei Federal Nº 14.133/2021. Mesmo em se adotando as medidas mitigatórias, acaso o evento venha a se materializar, empreender as medidas administrativas para constranger o contratado a execução contratual. Em caráter residual, acaso as medidas diversas não surtam efeito, estudar a viabilidade em se adotar meio de contratação diverso.</p> <p>Solicitação e/ou resposta, com a máxima brevidade, dos pedidos de reequilíbrio econômico-</p>	Contratante e/ou Contratado desidioso
------	--------------------	---	---	--	---	---	---	---	---------------------------------------



		suação que o prejudique, pois, na forma do art. 884, do Código civil, ele terá direito a rescisão em ônus para ambas as partes			financeiro, para, em sendo possível, fazê-lo, e, em não sendo, adotar outra medida administrativa diversa. Mesmo em se adotando as medidas administrativas mitigatórias, acaso o evento venha a se materializar, em caráter residual, estudar a viabilidade ou, em primeiro momento, adotar os mecanismos do Art. 90, da Lei Federal N° 14.133/2021, para um dos demais eventuais licitantes assumirem a execução contratual, ou,
--	--	--	--	--	---



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-27	Gestão do Contrato	Considerando que se visumbra prerrogativas contratuais por se tratar de serviço de caráter frequente, o pagamento base da licitação e ou proposta da proposita licitante ultrapassara 01 (um) ano.		Simples decurso do tempo	Risco de rescisão contratual, pleiteada pelo contratado já que o valor está abusivo para e inexoravelmente teremos de rescindi-lo, já que, acaso houve-se a manutenção sem qualquer alteração nos termos, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito.	4	4			acaso não surta efeito em segundo momento; estudar a viabilidade de contratação por meio diverso;	Contratante e/ou Contratado desidioso
------	--------------------	--	--	--------------------------	---	---	---	--	--	---	---------------------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-28	Gestão do Contrato	Aumento superveniente da necessidade dos serviços de construção de sistema de poços tubulares profundo.	Motivos supervenientes, quaisquer que sejam, alheios à vontade administrativa, que aumente a necessidade da perfuração de poços e construção do sistema de abastecimento público.	Risco de desabastecimento pleno, e, por consequência, não prestação do serviço de abastecimento de água, o que, em última análise, pode vir a prejudicar a dignidade humana dos	2	4	8	adotar os mecanismos do Art. 90, da Lei Federal, N° 14.133/2021, para um dos demais eventuais licitantes assumirem a execução, ou contratual, ou acaso não surta efeito, em segundo momento estudar a viabilidade de contratação por meio diverso.	Contratante e/ou Contratado desidioso
------	--------------------	---	---	---	---	---	---	--	---------------------------------------





R-29	Gestão do Contrato	Alteração de requisitos secundários da contratação, como a identificação da empresa ou a fonte por qual correrá os pagamentos dos serviços.	Fatores externos alheios à vontade administrativa que incidem sobre a avença, como a cisão, incorporação da contratada por outra empresa, ou ainda, o remanejamento de recursos que torna insubsistente a dotação originalmente concebida para os pagamentos.	consequente inviabilidade do pagamento pelos serviços assiduamente prestados podendo ocasionar em conteúdos judiciais por enriquecimento ilícito, na forma do Art. 884 da Lei Federal Nº 14.133/2021.				De modo prévio atentar-se para tais alterações durante execução e empreender os apostilamentos necessários na forma do Art. 136 da lei federal Nº 14.133/2021. Acaso inválvel rescindir o instrumento contratual antes da plena e efetiva execução contratual para substituí-lo pelo outro que o possa fazer, como a alocação da inurgua entabulada no Art. 90 da Lei Federal Nº 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, esudar a viabilidade e	Contratante c/ou Contratado desidioso
					3	2	06		

[illegible]



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA DE ITABAIANA

com vistas a apuração de infrações relacionadas à execução do contrato, e normas pertinentes para condição desses processos estão esparsas, levando a não instauração dos processos ou a instrução dos processos sem os elementos mínimos necessários à validade (p.ex., estabelecimento da conduta, tipificação, nexo de causalidade, culpabilidade, provas, garantia de contraditório e ampla defesa)	irregularidades na execução do contrato	contratual, mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes para execução de remanescente na forma do §6º do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.
---	---	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

RC-31	Gestão do Contrato	Falta de previsão de sanções específicas para obrigações relevantes do contrato. Ausência de definição clara da irregularidade, da forma de cálculo da sanção e das evidências necessárias para a penalização.	Falta de capacidade técnica na estipulação dos termos contratuais, e/ou falta de capacitação dos da equipe de fiscalização.	Levando a dificuldade de identificar o desvio a ser sancionado, de determinar o prejuízo causado e de calcular a sanção proporcional a ele, consequente dificuldade para aplicar sanções que contribuam para trazer o contrato a normalidade, ou até mesmo a anulação das sanções aplicadas.	2	5	10	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mensurar com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na	Contratante e/ou Contratado desidioso
-------	--------------------	---	---	--	---	---	----	--	---------------------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

RC-32	Gestão do Contrato	Falta de consideração da cosimetria na aplicação de sanções (Lei 14.133/2021 art. 156, § 1º, natureza e a gravidade da infração, peculiaridades do caso concreto, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos)	Ausência e/ou incapacidade da equipe responsável pela fiscalização	Levando a falta de proporcionalidade e de razoabilidade da decisão, com consequências questionáveis e anulação das sanções.	2	5		forma do §6º, do Art. 90 da Lei N° 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	Contratante e/ou Contratado desidioso
								De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros responsáveis pela fiscalização, e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize rescisão do termo contratual, com	



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

RC-33	Gestão do Contrato	Falta de atualização ou atualização intempestiva do Cadastro Nacional de Empresas	Tal evento pode ser originado tanto da falta de capacitação da equipe técnica responsável quanto influxo de demandas assobertante, levando a não disponibilização dos serviços em tempo hábil para tanto	falta de publicidade da seleção aplicada e a ilegalidade por afronta ao art. 16 da Lei 14.133/2021, com	2	5		consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes para execução de remanescente, na forma do §6º do Artº 90 da Lei Nº 14.133/2021	Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	Proceder tanto a capacitação da equipe técnica quando estabelecer um fluxo administrativo	Contratado/ Fiscalização
-------	--------------------	---	--	---	---	---	--	--	--	---	-----------------------------



Indiques e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)	consequente ineficácia da sanção participativa e indevida em licitações e/ou contratação por outras organizações públicas de empresa com restrições	equilibrado, para que estes possam dispor do tempo necessário para desempenhar suas funções. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente na forma do §6º do Art. 90 da Lei nº 14.133/2021.
		Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e

[illegible]



1. Descrição da fase prevista para contratação.
2. O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO	NÍVEL	DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO	NÍVEL
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência	1	Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, na história de sua ocorrência	2	Baixa	Impacto mínimo nos objetivos	2

Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido	3	Média	Impacto médio nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido	4	Alta	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante	5	Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5

6. Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
1 - 3	1 - 3	Baixo
4 - 6	4 - 6	Médio
7 - 9	7 - 9	Elevado
10 - 15	10 - 15	Extremo

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.
8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.
2. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

2.1. Nenhum acompanhamento incluído.
3. Responsáveis:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

3.1. Setor Demandante e Equipe de Planejamento.

- **Técnicos e requisitantes responsáveis pela elaboração da Matriz de Risco:** A elaboração desta Matriz de Risco foi conduzida por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais capacitados e experientes na área descrita neste documento. Este grupo, Setor demandante e equipe de planejamento, uniu seus conhecimentos técnicos-operacionais para garantir a precisão e abrangência das informações contidas neste documento. A atuação conjunta desses profissionais assegurou a compilação de requisitos essenciais, a definição clara dos parâmetros técnicos e a adequada reflexão das necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento Alimentar de Itabaiana/SE.

1.1. **Integrante da equipe de planejamento responsável pelas orientações gerais desta Matriz de Risco:** Um membro-chave da equipe de planejamento desempenhou papel fundamental na orientação e coordenação desta Matriz de Risco. Este integrante, detentor de conhecimentos abrangentes sobre aspectos operacionais e regulamentares pertinentes o Registro de Preços, objetivando a contratação de empresa para fornecimento, construção de sistemas de abastecimento público/municipal de água através de poços tubulares profundo. O técnico foi responsável por fornecer as diretrizes gerais que orientaram a elaboração deste documento. Sua gestão e sua compreensão aprofundada dos objetivos Secretaria Municipal de Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento Alimentar de Itabaiana/SE, garantiram que as orientações refletissem as necessidades específicas e a visão estratégica da Secretaria Municipal de Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento Alimentar de Itabaiana/SE.

Dalany Santos Silva

Responsável técnico da equipe de planejamento

Liberato Cardoso dos Santos Neto

Responsável auxiliar da equipe de planejamento